



### 3. O Diplomata e a Guerra: Política Externa Brasileira na gestão do Embaixador José de Paula Rodrigues Alves (Buenos Aires-1938-1944)

---

Antônio Manoel Elíbio Júnior<sup>1</sup>

Este artigo pretende analisar a gestão diplomática do Embaixador José de Paula Rodrigues Alves em missão na Argentina entre os anos de 1938-1944.<sup>2</sup> A partir do influxo da correspondência do diplomata, o que se pretende é, além de investigar as intensas articulações políticas e o substancial volume de sua produção epistolar – desproporcional às poucas pesquisas de que é objeto no Brasil – pesquisar as interpretações do missivista quanto à participação do Brasil e da Argentina na II Guerra Mundial. A experiência diplomática de Rodrigues Alves e a relevância da Argentina no contexto estudado, implica verificar, a partir da correspondência do Embaixador com a chancelaria do Ministro Oswaldo Aranha e com o Presidente Getúlio Vargas, a condução das relações de política externa com o país Platino. A análise da tessitura histórica produzida entre os missivistas possibilita uma leitura múltipla do campo político das relações internacionais na região. Acrescento a essas considerações, o fato de que a correspondência também se constituiu como um instrumento da luta política e como um expediente de poder na medida em que, através da interceptação e da censura e das informações acerca da conjuntura continental, os atores políticos podiam interferir objetivamente nas relações de política externa entre a Argentina e o Brasil. Assim, como resultado pretendido, ao estudar a correspondência de Alves, procurarei perceber os instrumentos e os projetos políticos agenciados por ele junto a burocracia estatal argentina e brasileira. Nesse sentido, como hipótese de investigação, levanto a questão se na correspondência seria possível vislumbrar se havia correlações entre os relatórios do Embaixador Rodrigues Alves e as relações de política externa bilateral do Governo Brasileiro com a Argentina durante a II Guerra Mundial.

Palavras-chave: II Guerra Mundial, Argentina, Brasil.

This article intends to analyze the diplomatic management of Ambassador José de Paula Rodrigues Alves, on a mission in Argentina between the years of 1938-1944. From the influx of correspondence of the diplomat, the aim of this project is, besides investigating the intense



political alliances and the substantial volume of its epistolary production, to research the writers's interpretations regarding the participation of Brazil and Argentina in World War II. The diplomatic experience of Rodrigues Alves and the relevance of Argentina in the context studied, involves checking, from the correspondence between the Ambassador, the Foreign Minister Oswaldo Aranha and President Getulio Vargas, the conduct of foreign policy relations with the Platino country. The analysis of the historical texture produced between the correspondents enables a multiple reading of the political field of international relations in the region. Adding to these considerations is the fact that the correspondence also represents an instrument of political fight and as an expedient of power in the measure of, through interception and censorship and information in the continental situation, political actors could interfere directly in relations to foreign policy between Argentina and Brazil. Thus, as a desired result, by studying the correspondence of Alves, I will perceive the tools and the political projects handled by him with the state bureaucracy of Argentina and Brazil. In this sense, as a research hypothesis, I raise the question whether it would be possible to discern through the correspondence if there were correlations between the reports of Ambassador Rodrigues Alves and the relations of bilateral foreign policy of the Brazilian Government with Argentina during World War II.

Keywords: World War II, Argentina, Brazil.

O campo de atuação política do Embaixador José de Paula Rodrigues Alves, titular brasileiro na representação argentina entre os anos de 1938-1944, não se limitava as relações diplomáticas com o Ministro do Exterior José Maria Cantilo e com o Presidente Roberto M. Ortiz.<sup>3</sup> A frente da missão em Buenos Aires, o experiente diplomata desempenhou relevante papel durante a Segunda Guerra Mundial, principalmente quando o Brasil declarou Guerra a Alemanha em 1942, posição que divergia diametralmente à política de neutralidade assumida pela Argentina. As divergências dos dois maiores países da América do Sul gerou inúmeras ondas de boatos referentes a movimentação militar na fronteira entre as duas nações e sobre o reaparelhamento militar. Em 22 de junho de 1940, em uma carta enviada ao Presidente Vargas, Rodrigues Alves menciona de forma detalhada, uma reunião que o Presidente Ortiz, junto aos militares mais graduados, trataram a respeito das forças armadas e do “material de que necessitava para corresponder amplamente à sua nobre missão”. Conforme Rodrigues Alves:



O Governo estaria disposto a não medir sacrifícios, enviando ao Congresso os necessários projetos de lei, acompanhados de créditos capazes de satisfazer amplamente as urgentes necessidades de defesa nacional. Seriam invertidos mais de duzentos milhões de pesos na compra de aviões de artilharia ante-aérea, contemplando-se, ao que parece, quatrocentos milhões de pesos para a Marinha e para outros misteres do Exército.<sup>4</sup>

A mobilização militar na Argentina, segundo Rodrigues Alves, envolvia a criação de uma indústria bélica para fabricação de munições, de aço, de aviões e de comunicação, inclusive, encampando empresas privadas para essa finalidade. Para o Embaixador, seria irremediável seguir o exemplo do país vizinho, uma vez que tornaria “real e efetiva a nossa defesa”. Ferviam as “intrigas e boatos” acerca da posição do Exército da Argentina, principalmente devido a um forte contingente simpatizante do III Reich.

Se por um lado Rodrigues Alves desempenhava um papel relevante como informante do Governo Brasileiro alertando-o para reforçar os contingentes militares na região limdeira; por outro, tentava dirimir os acirramentos políticos e militares entre os dois países. Nesse sentido, o que se percebe é que o campo político e diplomático o domínio do político não tinha fronteiras fixas ou predeterminadas na gestão de Rodrigues Alves. Em outras palavras, a burocracia diplomática em Buenos Aires, sob o comando do Embaixador José Rodrigues Alves, ultrapassava as delimitações administrativas e protocolares. Rodrigues Alves, em diversos “relatórios políticos”,<sup>5</sup> elaborava uma análise bastante minuciosa acerca da conjuntura internacional.<sup>6</sup>

A ‘Ação Argentina’ busca convencer ao povo de que desaparecido o poder imenso da Grã-Bretanha no Mundo, as Nações que dela dependem, como a Argentina, se encontrarão fatalmente numa situação de inferioridade palpável, que só não vem nem percebem os que estão influenciados pela excelência de uma ideologia que erigiu a força em principio de direito e a violência como expressão já justiça humana.

Sobre o III Reich Rodrigues Alves afirmava que:

[...] o principal objetivo do nazismo não será tanto o de instituir o seu regime nos países americanos, mas sim de manter um regime permanente de perturbação e de confusão nos



negócios internos de cada um deles, fomentando tudo quanto possa perturbar a ordem e inquietar os espíritos.<sup>7</sup>

Essas “inquietações”, comentadas por Rodrigues Alves, dizem respeito ao contingente “totalitário” do Partido Radical na Argentina. Conforme o Embaixador, o governo da Argentina “mostra-se vacilante e indeciso” diante do caos que se avizinhava e das ameaças “totalitárias” que se arvoravam. Simpatizante dos Estados Unidos, Alves criticava a posição contrária “de certos homens” sobre o possível estreitamento da política externa da Argentina com a “grande República do Norte”.<sup>8</sup>

Uma vez que estou partindo do pressuposto de que a esfera do político e diplomático não tem margens e comunica-se com outros domínios (econômico, cultural, militar) amplo o que entendo por objeto político.<sup>9</sup> Outrossim, concordo com François Sirinelli ao afirmar que o objeto político abrange mais do que a autoridade de um governo ou de um estado. Antes, essa categoria incidi “na questão da devolução e da repartição da autoridade e do poder no seio de um grupo humano dado e o estudo das tensões, dos antagonismos e dos conflitos daí decorrentes”.<sup>10</sup> Esse campo de análise, conforme Sirinelli, atinente tanto ao tratamento conferido às fontes quanto aquele que diz respeito à seleção dos objetos e ao levantamento das problematizações, se aproxima das considerações de Tétart, concernentes aos campos e objetos de investigação da história política. Segundo ele “da lingüística à prática militante, da flutuação da história das idéias à opinião e da mídia, do estudo dos comportamentos cotidianos ao da filmografia” todos os “objetos falando do político tecem uma problemática vastíssima e susceptível de desembocar numa explicação globalizante da mecânica social e histórica.”<sup>11</sup> Semelhante interpretação encontramos em Pierre Rosanvallon em relação ao uso da correspondência como fonte de investigação. Para ele através da correspondência podemos “reconstruir a forma como os atores elaboram sua compreensão das situações”. Além disso, esse tipo de documentação permite ao investigador “detectar as recusas e atrações a partir das quais os atores pensam sua ação, em desenhar a árvore dos impasses e das possibilidades que estruturam implicitamente seu horizonte”.<sup>12</sup>

O intenso influxo epistolar entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro, constituía um elemento importante para o Governo brasileiro administrar suas relações com o país vizinho. Claro está, que o Presidente Getúlio Vargas e o Chanceler Ministro Oswaldo Aranha, não dependiam exclusivamente dos relatórios do Embaixador Rodrigues Alves para definir a política externa



brasileira com a região platina. Em 23 de julho de 1942, o Embaixador Carlos Martins,<sup>13</sup> de Washington, envia ao Ministro Oswaldo Aranha uma missiva descrevendo as repercussões das ações do Ministro das Relações Exteriores da Argentina, Enrique Ruiz Guinãzu. O desconforto trazido com as declarações de Guinãzu colocavam as relações bilaterais Estados Unidos-Argentina, numa situação bastante delicada. A colaboração com Eixo, a crítica à política externa dos Estados Unidos, sobretudo em suas relações com os países latinos e a complacência do Diplomata a respeito do torpedeamento do vapor argentino “Rio Terceiro” por submarinos alemães adriçavam as rugas entre os dois países. Para Guinãzu, conforme Carlos Martins, “o torpedeamento fora mero acidente, despido de significação política”. Para o Embaixador Carlos Martins, as acusações se elevavam a um nível crítico e a atitude da Argentina:

[...] deita raízes no passado das relações argentino-americanas, no antagonismo para como Brasil e no poder das forças políticas conservadoras e favoráveis ao regime totalitário existente no país, não menos do que à própria posição geográfica da Argentina fora do roteiro estratégico direto de eventual tentativa germânica contra o Hemisfério Ocidental.<sup>14</sup>

Ao que tudo indica, perfazia as fontes de informações do Governo Federal de Getúlio Vargas, além dos relatórios diplomáticos, também ofícios e memorandos militares. O Ministério da Guerra contava com uma rede de informantes e adidos militares em diversas capitais no continente americano, que enviavam farta correspondência à Chefia do Estado Maior do Exército sediada no Rio de Janeiro e que, por sua vez, a burocracia militar sintetizava em relatórios encaminhados ao Presidente Getúlio Vargas. O Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, em 27 de julho de 1940, reenvia ao Presidente Vargas um extenso relatório sobre a “situação da Argentina”. Com efeito, fica evidenciado no texto, a questão fundamental para política externa da Argentina, ou seja, “a estrita neutralidade” diante da guerra. Essa posição acentuava o caráter de autonomia que a Argentina procurava atribuir àquela circunstância beligerante. Além disso, havia uma preocupação dos governos platinos quanto a “interferência dos Estados Unidos nos negócios da América do Sul”.

Neste particular não há nos meios militares vozes discordantes, afinando todas por este diapasão: ‘é preciso evitar o imperialismo norte-americano na América do Sul, imperialismo já iniciado com o oferecimento de proteção, que pedimos e de que não carecemos, bem como de organização de bases navais e aéreas sob direção americana.’<sup>15</sup>



Como se pode observar, portanto, o rechaço as investidas dos Estados Unidos na região parecia ecoar nos diversos círculos políticos e militares na Argentina. Por sua vez, no interior dos círculos militares brasileiros algumas arestas vinham se acumulando dramaticamente entre o Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra e o General Góes Monteiro. Em uma carta enviada ao Presidente Vargas, o Ministro Gaspar Dutra reclama severamente sobre o descalabro das informações publicadas no jornal de Buenos Aires. Segundo Dutra, o General Góes Monteiro, entrevistado pelo Jornal La Razon, afirmava que o “O Brasil e a Argentina, unidos, podem pesar sobre a política não só do continente, como também do mundo”. Para Dutra, a atitude do General Góes Monteiro violava a hierarquia militar, pois não havia sido tratado antecipadamente tais conversações com o titular da pasta da Guerra. Trata-se de uma questão de “segurança nacional” e, nesse sentido, a “estranheza” do Ministro pelo desacato do General Góes Monteiro.<sup>16</sup> A situação criada pelas declarações de Góes Monteiro ao jornal argentino demonstra a insubordinação da hierarquia militar uma vez que caberia ao General a obediência ao comando do Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra.

Da Comissão Consultiva de Emergência para Defesa do Continente, o General Góes Monteiro envia um “memorandum” relatando ao Chanceler Oswaldo Aranha, em março de 1944, suas “impressões” acerca da Argentina. Para o General Góes Monteiro o Brasil deveria se preocupar em conter o avanço da Argentina na América do Sul. O General lista diversos pontos procurando justificar a rivalidade militar com a Argentina, entre os quais: a superioridade naval e a produção de combustível.<sup>17</sup> Nesse sentido, as pastas militares também se ocupavam em estabelecer uma relação de comunicação direta com o Presidente Getúlio Vargas, somando aos relatórios enviados pelos Embaixadores brasileiros em missões diplomáticas, informações atinentes a política externa e interna da Argentina.

Assim, o que posso considerar é que, cotejando essas correspondências, principalmente aquelas escritas pelo Embaixador Rodrigues Alves, a política externa brasileira para o continente no período aludido, pautava-se a partir de um intenso e irrestrito influxo de informantes.

Na perspectiva de Moniz Bandeira, se por um lado o Brasil do Estado Novo se alinhava com os Estados Unidos que absorvia 50% das exportações brasileiras, por outro, a Argentina



mantinha estreitos laços comerciais com a Grã-Bretanha fornecendo carnes, couros e cereais. Para a Grã-Bretanha, convinha:

[...] era conservar a Argentina em posição de neutralidade, como forma de não expor o transporte de foodstuffs para Londres à represália dos submarinos de Hitler, bem como defender seus investimentos naquele país e o conservar como mercado, ao término da guerra. O interesse da Grã-Bretanha, naquelas circunstâncias, convergia com o do inimigo, a Alemanha, que também mantinha fortes conexões econômicas com a Argentina e não as queria perder, a isolar-se, completamente de toda América Latina.<sup>18</sup>

No mesmo trabalho, Moniz Bandeira afirma que os investimentos militares dos Estados Unidos no Brasil se dava pois esta seria uma forma de intimidar a Argentina e submetê-la a hegemonia norte-americana. Essas contradições foram avivadas com a disputa comercial e a coação política dos Estados Unidos que pressionavam a Argentina a declarar guerra ao Eixo. Conforme Moniz Bandeira, as “pressões externas e contraditórias” e as agitações sociais criaram condições para a deflagração do golpe militar em 1943 que derrubou o Presidente Ramón S. Castillo.

Por sua vez, na obra do brasilianista Stanley Hilton intitulado “O Brasil e a crise internacional – 1930-1945” o autor argumenta, divergindo da tese de Moniz Bandeira sobre a orientação existia da Argentina, que o governo argentino teria sido “inegavelmente favorável aos Aliados no período anterior à queda da França” que ocorreu em 1940.<sup>19</sup> Hilton investiga a proposta de mudar a política hemisférica da neutralidade para “não-beligerância”, do então Ministro do Exterior da Argentina José Maria Cantilo.<sup>20</sup> O historiador trabalha principalmente com a troca de missivas entre o Embaixador do Brasil em Buenos Aires José P. Rodrigues Alves e o Ministro José Cantilo. Hilton procura entender as tratativas e diferenças em torno da posição argentina a partir do Ministro Cantilo e do Presidente Roberto M. Ortiz. Quando da Conferência do Panamá e a invasão alemã da Dinamarca e Noruega em 1940, o governo do Presidente Ortiz afirmou sua disposição em defesa dos “princípios de ordem e justiça internacional, e dos direitos dos neutros”. Conforme destacou Hilton, a política de neutralidade argentina baseava-se na suposição de que os Aliados pudessem “impedir a realização dos objetivos agressivos do regime nazista, e na esperança de que o conflito pudesse ser restringido ao continente europeu”.<sup>21</sup> Nesse sentido, a cooperação de seus vizinhos latinos e, principalmente, do Brasil, estreitava o diálogo diplomático entre as duas



nações. Todavia, a insistência de Cantilo em alterar a situação de “neutralidade” para “não-beligerante” encontrou resistências tanto entre o Embaixador dos Estados Unidos Norman Armour, o Secretário de Estado norte-americano Cordell Hull, o subsecretário Sumner Welles e também do embaixador alemão na Argentina Von Thermann, que esperava a manutenção da posição de Buenos Aires. Para o embaixador brasileiro Rodrigues Alves, o qual Cantilo procurou convencer quanto a mudança de status, havia uma contundente ressalva pois, para ele, a neutralidade garantiria a “unidade continental” e manteria o hemisfério isolado da guerra.<sup>22</sup>

Essa delicada situação política foi se agravando na medida em que a guerra na Europa avançava e o exército alemão anexava territórios de países que haviam se declarado neutros. Sobre essa questão Stanley Hilton afirma que os elementos simpatizantes aos Aliados, “desacreditados pela revelação pública e rejeição hemisférica do plano de Cantilo, e pela invencibilidade aparente da máquina militar alemã” perdia espaço para os grupos antidemocráticos e eixistas. A atuação diplomática do Embaixador brasileiro Rodrigues Alves, nesse aspecto, foi fundamental para manter o governo brasileiro a par da posição do país vizinho. Para o Embaixador o governo argentino oscilava entre a posição pró-Aliados ou pró-Eixo. As “armas do Reich”, alertava Alves, concorriam para atrair simpatizantes “à causa germânica”.<sup>23</sup> Em uma carta enviada pelo Embaixador Rodrigues Alves apenas uma semana depois do ataque japonês contra a base naval americana de Pearl Harbor, ocorrido em 7 de dezembro de 1941, o diplomata afirmava que seria fundamental reagir “adotando medidas de solidariedade, de assistência recíproca e cooperação defensiva, tão sabiamente previstas nas últimas conferências panamericanas e reuniões de consultas de Ministros de Buenos Aires, Lima, Panamá e Havana.”<sup>24</sup> Diferente do Governo Vargas que, segundo Alves, havia declarado “solidariedade” aos Estados Unidos, o governo argentino “mostrou-se vacilante e os grupos de tendência nacionalista procuraram desviá-lo do bom caminho, pretendendo que ele declarasse a sua neutralidade no novo conflito.” Além do estado de sítio declarado na Argentina, Rodrigues Alves alertava o Governo Vargas quanto a mobilização “nazista na Argentina” e a “campanha violentíssima contra os Estados Unidos, principalmente no jornal El Pampero”.<sup>25</sup> Outrossim, em reunião com o vice-presidente Castillo, em 25 de fevereiro de 1942, Rodrigues Alves recebia do político as justificativas da posição de neutralidade da Argentina. As alegações de Castillo, que deveriam ser transmitidas ao Presidente Vargas, advogavam a não ruptura imediata das relações com os países do Eixo, “por dificuldades de ordem interna e pelo fato de não estar o país militarmente preparado para afrontar qualquer





situação de caráter bélico”. Todavia, na interpretação de Alves, o governo Argentino havia tomado todas as medidas necessárias para impedir prejuízos aos interesses brasileiros e dos Estados Unidos, principalmente no que tange ao controle comercial de empresas alemãs.<sup>26</sup>

Nesse sentido, a correspondência do Embaixador Rodrigues Alves enviada para Oswaldo Aranha e/ou diretamente para o Presidente Getúlio Vargas, demonstrava a preocupação do diplomata pertinente aos acontecimentos da II Guerra Mundial e, principalmente, expressava as incertezas relacionadas a Argentina. Havia, para Alves, um inquietante movimento totalitário e uma “pronunciada simpatia pela Alemanha”.<sup>27</sup>

## Notas

<sup>1</sup> Programa de Pós-Graduação e Ciência Política Relações Internacionais – UFPE. Doutor em História – UNICAMP.

<sup>2</sup> José de Paula Rodrigues Alves nasceu em Guaratinguetá (SP) no dia 16 de outubro de 1883, filho de Francisco de Paula Rodrigues Alves e de Ana Guilhermina Rodrigues Alves, ambos pertencentes a famílias de grandes plantadores e comerciantes de café em São Paulo. Seu pai foi Presidente da República de 1902 a 1906. Novamente eleito para a chefia da nação em 1918, não reassumiu o cargo em virtude da enfermidade que o acometeu, vindo a falecer em janeiro de 1919. Sua mãe era filha de José Martiniano de Oliveira Borges, visconde de Guaratinguetá. José de Paula Rodrigues Alves cursou o Colégio Militar do Rio de Janeiro, onde obteve, em 1900, o diploma de engenheiro geógrafo. Fez Faculdade de Direito de São Paulo concluindo o curso em 1905. Ingressou na vida diplomática em 1906 e atuou como secretário da III Conferência Pan-Americana, realizada em julho no Rio de Janeiro. Trabalhou em Haia na Holanda e, em 1913 foi promovido a primeiro-secretário e destacado para Buenos Aires, onde chegou em setembro desse ano e ficou até junho de 1915. Em 1916 foi chefe da embaixada brasileira em Estocolmo. Também trabalhou na representação brasileira no Paraguai. Em dezembro de 1925, foi promovido a embaixador, continuando em Assunção até janeiro de 1926. Após a Revolução de 1930, Rodrigues Alves retornou à atividade, sendo nomeado embaixador em Santiago. Em julho de 1938, assumiu mais uma vez a chefia da missão brasileira em Buenos Aires onde permaneceu até 1944. Foi casado com Antônia Lopes Esteves Rodrigues Alves. BRANDL, Paulo. Verbete: José de Paula Rodrigues Alves. In.: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: CPDOC-FGV.

<sup>3</sup> Roberto Marcelino Ortiz governou a Argentina de 1938 a 1942 quando foi substituído devido sua enfermidade, pelo vice-presidente Ramón S. Castillo.

<sup>4</sup> GV c 1940.06.22/1 Carta de José de Paula Rodrigues Alves a Getúlio Vargas. CPDOC-FGV.

<sup>5</sup> Expressão utilizada pelo Embaixador Rodrigues Alves para caracterizar sua correspondência.



- <sup>6</sup> GV c 1940.08.03 Cartas de José de Paula Rodrigues Alves a Getúlio Vargas. CPDOC-FGV.
- <sup>7</sup> GV c 1941.07.23 Carta de Rodrigues Alves a Getúlio Vargas. CPDOC-FGV.
- <sup>8</sup> GV c 1941.07.23 Carta de Rodrigues Alves a Getúlio Vargas. CPDOC-FGV.
- <sup>9</sup> RÉMOND, René. Do Político. In.: RÉMOND, René. (org.) Por uma história política. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003, p. 445.
- <sup>10</sup> SIRINELLI, Jean François. In.: BÉDARIDA, L'histoire et le métier d'historien em France, 1995.
- <sup>11</sup> TÉTART, Philippe. Pequena história dos historiadores. Bauru: EDUSC, 2000, p. 128.
- <sup>12</sup> ROSANVALLON, Pierre. ROSANVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político (nota de trabalho). In.: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, v. 15, 1995, op. cit., p. 18.
- <sup>13</sup> Carlos Martins Pereira e Sousa foi Embaixador do Brasil nos Estados Unidos entre os anos de 1939-1948.
- <sup>14</sup> GVc 1942.07.20 Carta de Carlos Martins ao Chanceler Oswaldo Aranha. CPDOC-FGV.
- <sup>15</sup> GVc 1940.07.27 Carta de Eurico Gaspar Dutra ao Presidente Getúlio Vargas. CPDOC-FGV.
- <sup>16</sup> GVc 1941.07.11 Carta de Eurico Gaspar Dutra ao Presidente Getúlio Vargas. CPDOC-FGV.
- <sup>17</sup> GMc 1944.03.08 Carta de Pedro Góes Monteiro ao Chanceler Oswaldo Aranha. CPDOC-FGV.
- <sup>18</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. op. cit. p. 32.
- <sup>19</sup> Conforme o diplomata Alessandro Candéas “a neutralidade argentina na Segunda Guerra, seguida por governos conservadores e pelo Grupo de Oficiais Unidos (GOU), liderados pelo coronel Juan Domingo Perón, retoma posição adotada na Primeira Guerra e deixa o país isolado no continente.” Candéas afirma que em 1943, o GOU derruba o presidente Castillo e reforça a neutralidade – que, na visão norte-americana, significava claro favorecimento do Eixo. Nas Conferências Panamericanas de Panamá (1939) e Havana (1940), a Argentina se opõe à tese da ruptura automática com o Eixo, e luta para que a Conferência do Rio de Janeiro (1942) apenas “recomende” o rompimento de laços. Assim, divergindo da tese de Stanley Hilton, Candéas não observa as démarches envidadas pelo Ministro Cantilo atinentes a crítica que o chanceler elabora sobre a situação de neutralidade da Argentina. CANDEAS, Alessandro Warley. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. Revista Brasileira de Política Internacional. n. 48, 2005, p. 15.
- <sup>20</sup> HILTON. Stanley E. O Brasil e a crise internacional 1930-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 163.
- <sup>21</sup> HILTON. Stanley E. op. cit. p. 174.
- <sup>22</sup> HILTON. Stanley E. op. cit. p. 181.
- <sup>23</sup> Armour a Welles, 4 de junho 1940. PSF: Welles, Arquivo Roosevelt. Rodrigues Alves ao MRE, 6 de junho 1940, AHI.
- <sup>24</sup> GVc 41.12.18. Carta de Rodrigues Alves a Getúlio Vargas. CPDOC-FGV.
- <sup>25</sup> GVc 41.12.18. Carta de Rodrigues Alves a Getúlio Vargas. CPDOC-FGV.
- <sup>26</sup> GV c. 42.02.26 Carta de Rodrigues Alves a Getúlio Vargas. CPDOC-FGV.



<sup>27</sup> OA c. 40.07.10 Carta de Rodrigues Alves a Oswaldo Aranha. CPDOC-FGV.

### Referências Bibliográficas

- ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo – Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- BUENO, Ironildes. Estados Unidos versus Alemanha: o falso dilema sobre o início da indústria de base brasileira. In.: **Revista Cena Internacional**. vol. 8, n. 2, Brasília: IREL, 2006.
- CANTILO, José María. **Canciller Cantilo: la diplomacia argentina al servicio de la paz Buenos Aires** : Librería Histórica, 2005.
- CANDEAS, Alessandro Warley. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. **Revista Brasileira de Política Internacional**. n. 48, 2005.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Roger Chartier e a História Cultural: a noção de representação**, 1998.
- CARR, Edwar Hallet. **Vinte Anos de Crise -1919-1939: Uma introdução ao estudo das relações internacionais**. Brasília: Ed. UnB, 2001.
- CAVLAK, Iuri. **A política externa brasileira e a Argentina Peronista**. São Paulo: Annablume, 2008.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.
- CERVO, Amado. Relações internacionais do Brasil. In: Id. **O desafio internacional: a política exterior do Brasil**. Brasília: Editora da UnB, 1994.
- CHARTIER, Roger. (Dir.) **La Correspondence: les usages de la letre au XIX e siècle**. (S.I.): Fayard, 1991.
- CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: Política externa e projeto nacional**. São Paulo: Ed. UNESP:FAPESP, 2000.
- DAUPHIN, Cécile. POUBLAN, Danièle. Maneiras de escrever maneiras de viver: cartas familiares no século XIX. In.: BASTOS, Maria Helena Câmara. CUNHA, Maria Teresa Santos. MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (orgs). **Destinos das Letras: História, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: Ed. UPF, 2002.
- GOMES, Ângela de Castro. (org.) **Escrita de Si Escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.



HILTON, Stanley E. **O Brasil e a crise internacional 1930-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

HOBBSAWAM, Eric. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

HOBBSAWAM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX – 1914-1991**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

LANDES, David S. **Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LEFEVBRE, Henri. **La presencia y la ausencia - contribución a la teoría de las representações**. Fondo de Cultura Economica, México, 1981.

MALATIAN, Teresa. Diplomacia e Letras na Correspondência Acadêmica: Machado de Assis e Oliveira Lima. In.: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1999.

MAYER, Arno. **A Força da Tradição: a persistência do Antigo Regime – 1848-1914**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Estado Nacional e Política Internacional na América Latina: o Continente nas Relações Argentina-Brasil 1930-1992**. Brasília: Ed. da UnB.

MOURA, Gerson. **Autonomia na Dependência: A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MOURA, Gerson. Neutralidade dependente: o caso do Brasil, 1939-1942. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6, n12, 1993.

NASCIMENTO, Fernanda de Santos. **A Revista A Defesa Nacional e projeto de modernização do Exército Brasileiro (1931-1937)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010

PINHEIRO, Letícia. A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. In: **Revista USP**. São Paulo, n 26, jun/agos 1995.

RAHMEIER, Andrea Helena Petry. **Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento (1937-1942)**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

RÉMOND, René. Do Político. In.: RÉMOND, René. (org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

RÉMOND, René. **O Século XX: de 1914 aos nossos dias**. São Paulo: Cultrix, 2000.



ROSANVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político(nota de trabalho). In.: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, v. 15, 1995.

SANTOS, Raquel Paz dos. Brasil e Argentina: imagens e percepções da diplomacia. **Anais Eletrônicos do VI Encontro da ANPHLAC**, Maringá, 2004.

SANTOS, Raquel Paz dos. Relações Brasil-Argentina: a cooperação cultural como instrumento de integração regional. In.: **Revista de Estudos Históricos**: Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, pp. 355-375, 2009.

SEITENFUS, Ricardo Antonio S. **O Brasil de Getúlio Vargas e a Formação dos Blocos: o Processo de Envolvimento Brasileiro na II Guerra Mundial**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1985.

SIRINELLI, Jean François. In.: BÉDARIDA, **L’histoire et le métier d’historien em France**, 1995.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. O pragmatismo brasileiro na cooperação militar com os Estados Unidos, nas décadas de 1930 e 40. In.: **Revista Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXXIV, n. 1, p. 76-91, junho 2008.

TÉTART, Philippe. **Pequena história dos historiadores**. Bauru: EDUSC, 2000.

TZEVATAN, Todorov. **Memória do mal, tentação do bem: Indagações sobre o século XX**. São Paulo: Arx, 2002.

VICENT-BUFFAULT, Anne. **Da Amizade: Uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.